

LEGISLATIVO

Impasse para aprovar prisão em 2ª instância

Com resistências do Centrão e de outros partidos, proposta que muda a legislação penal só deve voltar à discussão em 2022. Deputado defende abaixo-assinado na Câmara

» CRISTIANE NOBERTO

A Comissão Especial para análise da PEC da Segunda Instância na Câmara dos Deputados respira por aparelhos, que serão desligados em breve. De um lado, parlamentares favoráveis ao fim da impunidade tentam garantir o avanço da matéria, inclusive com proposta de recolhimento de assinaturas para levar ao plenário. De outro, deputados com ações em tribunais superiores ou com possibilidade de serem condenados antes dos efeitos da PEC utilizam manobras regimentais para barrar a proposta. Nos bastidores, o que se comenta é que o tema será “enterrado”, pois não será votado este ano e dificilmente voltará à pauta em 2022.

O deputado José Nelton (Podemos-GO) afirma que sem a PEC, o Brasil continuará sob a mácula da impunidade. “Barrando essa proposta e não trazendo o tema à tona, daremos esse golpe de presente de Natal para quem deveria estar preso. É terrível contra quem quer mudar o Brasil de verdade”, disse.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de afetar princípios jurídicos como a presunção de inocência, Nelton afirmou que é apenas “tática da esquerda” para evitar que a proposta avance. O parlamentar pretende sugerir um requerimento de assinaturas, de modo a expor quem é a favor da matéria e quem deseja obstruir.

Apesar da insatisfação de parlamentares como Nelton, há quem acredite que a proposta poderá avançar. Segundo o deputado Adriano do Baldy (PP-GO), existe uma expectativa de que o presidente da Casa e colega de partido, Arthur Lira (AL), leve o tema a plenário ainda este ano. “Nós esperamos que sim. O presidente Arthur Lira está empenhado, com certeza”, disse.

Manobra

O otimismo de Baldy contrasta com as manobras de parlamentares desfavoráveis à proposta. A mais recente tentativa contra a prisão em segunda instância ocorreu no dia 8. Naquela ocasião, o Centrão substituiu vários integrantes da Comissão Especial, a fim de obstruir a proposta. Ao notar o movimento, o relator da PEC, Fábio Trad (PSD-MS), retirou o parecer da pauta da comissão. Trad afirmou que só aceitaria “discutir com membros que conheçam o texto”. Ao **Correio**, Trad informou que deve protocolar, nesta quarta-feira, mais mudanças no relatório. Ele disse ter esperança de que a matéria seja apreciada no próximo ano.

De acordo com Betina Alcoforado Nogueira, do escritório Betina Alcoforado Advocacia, a Constituição observa que mudança na lei penal não tem efeito retroativo, exceto para beneficiar o réu. “Os casos que já foram julgados, já estão resolvidos, continuam com o entendimento do STF. A nova lei penal vai ser aplicada a partir do momento da promulgação e vale para os processos em curso e os processos novos”, esclarece.

Wesley Amaral/Câmara dos Deputados



Fábio Trad (PSL-MS), relator da PEC na Câmara, retirou o texto após manobra do Centrão

Pelo seu direito de ir e vir em ônibus mais baratos e seguros.



#BUSAOLIVRE

Desde que a abertura de mercado foi iniciada no transporte rodoviário, em 2019, 14 mil novas linhas interestaduais de ônibus foram concedidas a empresas que não estavam antes no mercado. Desde então, 480 cidades passaram a ser atendidas pelo transporte interestadual oficial, com ônibus autorizados e seguindo as regras de segurança estabelecidas pela ANTT (Agência Nacional do Transporte Terrestre).

ACESSE AGORA!



BUSAOLIVRE.COM

A redução do apagão rodoviário é um dos efeitos colaterais positivos da abertura de mercado, que conta ainda com a chegada de plataformas tecnológicas que trazem opção ao consumidor. Assim, houve uma redução do preço da viagem rodoviária que, em alguns casos, chega a 60% do valor cobrado anteriormente pelas empresas tradicionais.

Retroceder nessa batalha é colocar em risco 180 mil empregos diretos. É aumentar o preço das passagens rodoviárias. É destruir pequenas e médias de transporte.

Quer saber como ajudar nessa batalha? Acesse o QR Code ou digite www.busaolive.com